

O AGRONEGÓCIO EM NOVA MUTUM– MT: A MOBILIDADE DO TRABALHO E OS REFLEXOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Swelington de Lima Fonseca

Graduado em Geografia pela UEG campus Itapuranga – GO, e professor efetivo da Rede Estadual de Ensino do Mato Grosso, SEDUC – MT.

Ruhan Rodys Beiler

Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – UNESP campus Rio Claro, e professor efetivo da Rede Estadual de Ensino do Mato Grosso, SEDUC - MT.

Vitor Hugo Ribeiro

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá, e professor efetivo da Rede Estadual de Ensino do Mato Grosso, SEDUC – MT.

RESUMO: Esse artigo buscou analisar a produção do espaço geográfico de Nova Mutum - MT à luz do processo de expansão do agronegócio no Norte do Estado do Mato Grosso, e em função dos movimentos populacionais motivados pelas instalações das agroindústrias, frigoríficos e dentre outras atividades oriundas do campo e da cidade. A dinâmica das relações hegemônicas que estão às voltas das políticas públicas nacionais direcionadas para a expansão dos grãos, além do papel do Brasil na organização mundial do comércio como grande exportador de *commodities* agrícolas tem refletido de forma significativa no espaço geográfico em questão, especialmente após os anos 2000. A malha urbana cresceu, as atividades comerciais expandiram-se, o meio rural reestruturou-se produtivamente, modernizando-se, e isso intensificou as migrações de uma força de trabalho, sobretudo de população advinda das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Palavras - chave: Agronegócio; Migrações; Trabalho; Nova Mutum - MT.

AGRIBUSINESS IN NOVA MUTUM- MT: WORK MOBILITY AND REFLEXES IN URBAN SPACE PRODUCTION

ABSTRACT: This article aimed to analyze Nova Mutum geographic production space - in the light of agribusiness expansion process in the north of Mato Grosso state, and due to population movements motivated by agro-industry facilities, refrigerators and among other activities originating from countryside and city. The hegemonic dynamic relations that are around national public policies directed to expansion of grains, in addition to Brazil's role in world trade organization as a major agricultural commodity exporter, it has significantly reflected into

geographic space in question, especially after the 2000s. The urban fabric has grown, commercial activities have expanded, the countryside has been productively restructured, modernizing itself, and this intensified workforce migrations, especially from North and Northeast populations of Brazil.

Keywords: Agribusiness; Migrations; Work; Nova Mutum - MT.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar a dinâmica urbana e rural imposta pelos nexos do agronegócio ao município de Nova Mutum, bem como os fluxos para o trabalho e os reflexos na produção do espaço urbano. A atividade agroindustrial se consolidou no município em questão na década de 2000, e isso trouxe uma série de transformações no espaço urbano e rural, motivadas sob os padrões do agronegócio globalizado, tal como se refere (ELIAS, 2011).

Localizado a 250 Km ao norte de Cuiabá e originado às margens da BR 163, o município de Nova Mutum faz parte de uma região Mato-grossense que vem experimentando um acelerado crescimento econômico pautado no agronegócio. Nas últimas décadas, ocorreram significativas transformações no espaço rural e urbano, especialmente no que tange à concentração de terras e na monocultura do algodão e do soja, e no crescimento do seu núcleo urbano e das atividades comerciais. Atrelado a isso, tem-se também o crescimento populacional motivado pela oferta de empregos gerados pelas agroindústrias, abatedouros de aves e suínos e dentre outras atividades no comércio local que têm atraído considerável força de trabalho de outras regiões brasileiras.

Juntamente com os municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, Nova Mutum contribui para a região que vem se destacando nacionalmente como um importante polo de produção de grãos (soja e milho, destacadamente) e algodão, além da produção de carnes (suínos, bovinos e galináceos). O crescimento da produção agroindustrial na região fez destes municípios áreas de atração para o capital financeiro, grande protagonista do mundo global, e atrativo também para trabalhadores da região e de outros estados, tais como Alagoas, Maranhão e Pará.

O processo de urbanização de Nova Mutum tem um cunho planejado e direcionado para atender as necessidades do capital financeiro e agroindustrial globalizado atrelado e tornado possível pelos grupos hegemônicos regionais. Os investimentos públicos são em grande parte destinados para a construção de uma infraestrutura urbana moldada em função do agronegócio,

ficando em segundo plano os anseios de uma significativa parte da população, que afligem certas problemática, especialmente no que se remete ao transporte público, que ainda é precário na malha urbana da cidade, e às enchentes que assolam a vida da população que vive mais distante da região central.

O geógrafo Milton Santos ressalta que o espaço geográfico de uma cidade pode ser estudado por meio dos fixos, formas, fluxos, função e estrutura. Tais categorias de análise têm um cunho além de espacial, temporal, e reflete a dinâmica articulada entre os espaços rurais e urbanos. Diante dessa estruturação, pode-se perceber, por meio das Figuras a seguir, a evolução acelerada do espaço urbano de Nova Mutum, motivada pelo desenvolvimento das atividades elencadas anteriormente.

Nesse sentido, este subespaço acionado para a produção agroindustrial de larga escala recentemente (anos 2000) acaba também por atrair contingentes de força de trabalho vindas, sobretudo, da região nordeste do país, seja para trabalhar na agroindústria, seja para trabalhar no campo. Assim, nos interessa averiguar os motivos da migração para o trabalho em Nova Mutum e suas implicações sociais e espaciais.

Para tanto, além da introdução e da conclusão, dividimos este artigo em dois outros itens, nos quais discutimos respectivamente: I. O acionamento do município de Nova Mutum para a produção agrícola moderna nos anos 2000 e II. A migração para o trabalho no agronegócio no município de Nova Mutum no período, seus motivos e implicações territoriais e sociais.

2 AGRONEGÓCIO NO NORTE DO MATO GROSSO A PARTIR DOS ANOS 2000: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CAMPO

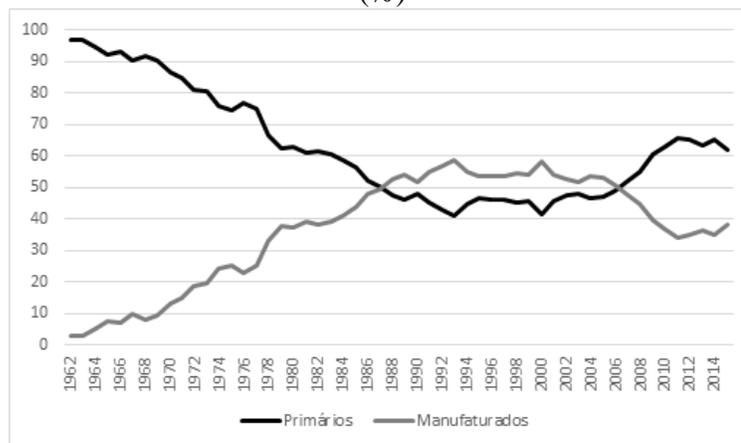
Hoje nos parece muito claro que a partir dos anos 2000 aprofundou-se no Brasil uma política macroeconômica voltada à produção de *commodities* agrícolas e minerais, acentuando sobremaneira a reprimarização da pauta exportadora. Tal estratégia, muito em função da alta dos preços justamente dos produtos que vendíamos puxada pelo “boom” da economia chinesa (BASTOS, 2015), implicou em intensificação e difusão do uso corporativo do território, e isso desencadeou certos problemas socioeconômicos na região em questão, além das implicações ambientais.

Nesse período, marcado pela alta no preço das *commodities*, o Estado brasileiro elegeu o agronegócio como principal gerador de superávit na balança comercial já no final do século passado. O segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) foi alterada a política de comércio exterior “relançando” o agronegócio, e dando início ao que Delgado (2012) chamou de “pacto de economia política do agronegócio”, cuja crise cambial de 1999 foi evento chave.

Dada a manutenção da estratégia neoliberal mantida nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), os “megasuperávits” primários continuaram sendo defendidos. Dessa forma, houve, nesse começo de século, uma melhora nas contas externas devido à uma eventualidade conjuntural, de acordo com Carcanholo (2010), Bastos (2015), entre outros.

Esse aprofundamento da inserção subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho aumentou o grau de dependência e vulnerabilidade desta às oscilações da conjuntura internacional. Nesse contexto o crescimento econômico do agronegócio privilegiou pontos do território, e produziu verdadeiras manchas voltadas a produção para a exportação no Centro-Oeste.

Gráfico 1. Evolução das exportações brasileiras segundo sua participação no total, 1962 - 2014 (%)



Fonte: CEPALSTAT, 2016. Elaboração própria.

Tal conjuntura teve como resultado a expansão da produção de grãos e carnes destacadamente na região Centro-Oeste, a qual constituía uma fronteira técnica do capital até os anos 2000 (BERNARDES, 2015). No entanto, no início deste século estes subespaços vêm sendo

acionados pelo agronegócio globalizado, constituindo assim novos fronts “[...] pela cadeia de carnes, aproveitando a existência dos grãos em uma fronteira agrícola moderna consolidada, envolvendo a revolução genética na produção de frangos, suínos e bovinos, traduzidos em tecnologias de ponta [...]” (BERNARDES, 2015, p. 11) e isso impôs novas implicações e relações de poder aos lugares.

Nesse sentido é que extensas áreas do estado do Mato Grosso acolheram atividades dos circuitos espaciais produtivos dos grãos e das carnes. A intensidade do processo e o grau de especialização territorial produtiva do estado (sobretudo em sua porção norte) a partir dos anos 2000 figurando assim como verdadeira região competitiva agrícola (CASTILLO; FREDERICO, 2010), já que se trata de uma região na qual a produção dos gêneros supracitados

[...] é hegemônica sobre as demais atividades, fazendo com que a região reúna uma forte densidade técnica (infra-estrutura de transporte e comunicação, sistemas de armazenamento, centros de pesquisa, agroindústrias) e normativa (desoneração fiscal, normas que facilitam o desembaraço das mercadorias, selos de denominação de origem etc.) vinculada à atividade agrícola dominante (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 20).

Nas décadas de 1970 e 1980 os projetos de colonização impulsionados pelo Estado e explorados por agentes privados, atraíram fluxos populacionais do sul e do sudeste, destacadamente empresários que aproveitaram “[...] as vantagens oferecidas pelos programas governamentais, adquiriram grandes extensões de terras públicas e/ou de terceiros, alguns de maneira ilícita, e investiram na implantação de projetos de colonização privada, que teve caráter seletivo [...]. Já a partir dos anos 2000 a produção na porção norte de Mato Grosso ganha novo vulto (como grande parte do Cerrado brasileiro) para atender o mercado global e agora dotada de aparato técnico de ponta - destacadamente os progressos na química, genética e as novas possibilidades de mecanização (BERNARDES, 2015).

O desenvolvimento e incorporação de aparatos técnicos e modernos atrelados à direção macroeconômica do Estado brasileiro no final dos anos 1990, fez com que extensas áreas do Centro-Oeste acolhessem a produção de soja, que se deslocou do sul do país (Rio Grande do Sul e Paraná). Como mostra Bernardes (2015), já no final da década de 1990, o estado de Mato Grosso passa a figurar como maior produtor de soja no país, sendo hoje responsável por mais de

um quarto da produção nacional (32,3 toneladas na safra 2017/2018) e com alta produtividade (superior a 3000 kg/ha) (CONAB, 2016).

Além da soja, o estado se destacou no setor de carnes e produção de algodão, sendo o maior produtor nacional. No ano de 2017 foram abatidos 4,8 milhões de animais no estado, o que correspondeu a 15,6% da produção nacional, e no mesmo ano 65,7% do algodão foi produzido em Mato Grosso (BRASIL, 2018).

Esse movimento de expansão do agronegócio em direção a Amazônia atraiu novos fluxos migratórios ao estado do Mato Grosso, sobretudo pelo rápido processo de urbanização que ocorreu em função do agronegócio.

Como afirma Volochko (2013, p. 27),

A acelerada urbanização gera um efeito econômico de concentração e atração tanto de capitais como de força de trabalho nova – migrantes não mais tanto da região Sul e sim da região Nordeste –, tornando possível a abertura de uma nova fronteira não mais apenas agrícola, porém, sobretudo, urbana. A indústria pesada (metalúrgica, siderúrgica, química) não vai comandar a urbanização em Mato Grosso, é a agroindústria, entendida como integração dos ramos ligados à plantação, colheita, armazenamento, transporte, processamento, beneficiamento de commodities agrícolas, sobretudo a soja, mas também a carne industrializada, o milho, o algodão, que vai impulsionar o crescimento urbano.

Parte desse corredor de exportação foi formado ao longo da BR-163, (a exemplo do Frigorífico apresentado na Figura 1, atual Excelência, exportadora de derivados de suínos), e, com isso Nova Mutum tornou-se fruto de um projeto de grupos da agricultura moderna na região norte do Mato Grosso. A cidade surgiu em função do agronegócio para atender demandas de produtos e serviços (consumo produtivo) pelas grandes empresas dos setores de grãos e carnes, destacadamente, e que passa então a receber fluxos populacionais, sobretudo do Nordeste no período mais recente (começo dos anos 2000).



Figura 1: Instalações do Frigorífico voltado aos suínos, atual Excelência.

Fonte: SESSI, Casturina, acervo pessoal.

Com as instalações de cooperativas silos e frigoríficos e dentre outras atividades comerciais, o espaço urbano da cidade cresceu aceleradamente, especialmente após os anos 2000 quando as atividades mencionadas anteriormente foram intensificadas (Figuras 2, 3).



Figura 2: Vista panorâmica de Nova Mutum, 2000
Fonte: SESSI, Casturina. Acervo pessoal.



Figura 3: Vista Panorâmica de Nova Mutum, 2017.
Fonte: Mova Mutum, Prefeitura Municipal.

Tendo, portanto, como fio condutor para o crescimento do espaço urbano a expansão das empresas voltadas ao agronegócio, o fluxo migratório para o trabalho também contribuiu para essa expansão. Tais fluxos serão analisados a seguir, bem como certas implicações sociais e territoriais recentes por que passa o município de Nova Mutum.

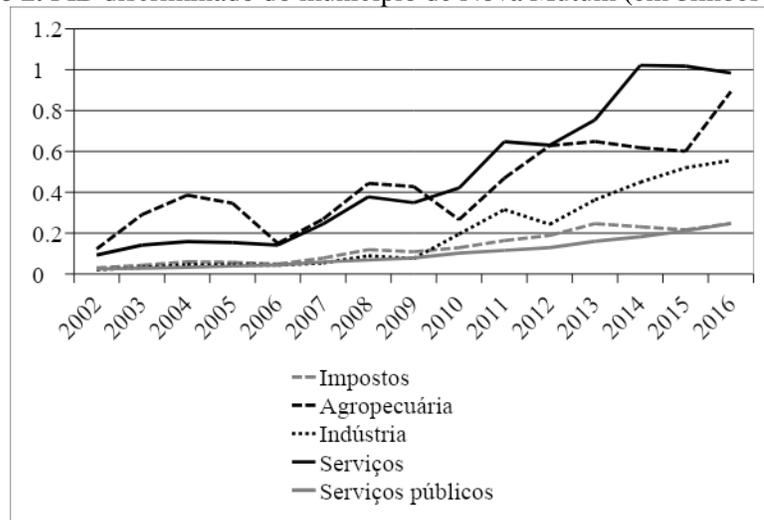
3 MIGRAÇÃO E TRABALHO PARA O AGRONEGÓCIO EM NOVA MUTUM

O município de Nova Mutum tem, já em sua criação, a marca dos interesses do capital privado e da monopolização da terra de um lado e os grandes projetos do Estado Brasileiro das décadas de 1970 e 1980. Tendo a acumulação capitalista (via renda da terra e produção agrícola) e o arrefecimento dos movimentos populares de luta pela terra como eixo condutor, a criação do município de assemelha a muitas outras experiências de “colonização” do período. Oliveira (1997, p. 136), esclarece que essa dinâmica se processou da seguinte maneira:

O capital privado, através da venda da terra aos camponeses, procura, por um lado, realizar, extrair a renda da terra e, por outro, simultaneamente, ir formando os ‘viveiros de mão-de-obra’ para seus projetos de exploração capitalista da terra. O Estado, por sua vez, tem ficado com a tarefa de buscar conter as tensões sociais e, nesse processo, tem feito dos projetos de colonização ‘válvula de escape’ das áreas de tensão social. Assim tem se dado historicamente a ‘marcha para o Oeste’ e a colonização na fronteira.

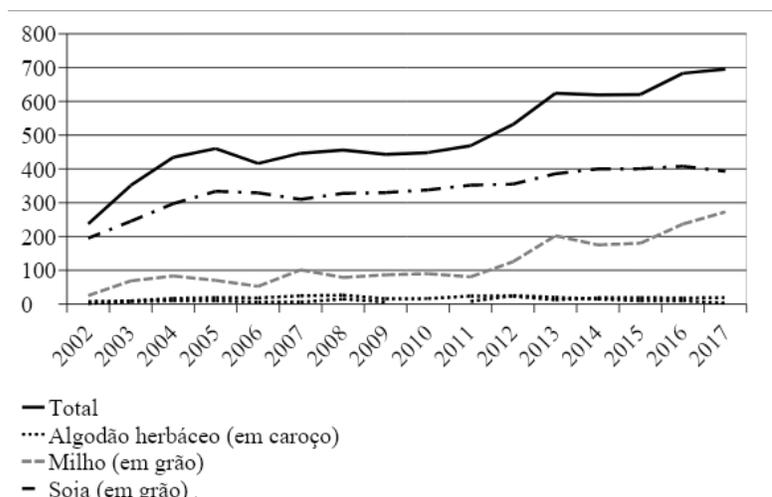
Estas marcas jamais deixaram de existir em Novo Mutum, o que mudou, foram as formas de exploração trazidas pelo desenvolvimento técnico e pelo caráter financeiro da economia mundial no atual período histórico. Além dos fatores edafoclimáticos favoráveis, portanto, as formas construídas nas décadas de 1970 e sobretudo 1980, figuraram como rugosidades essenciais para que o município ocupasse nova vaga com a expansão do agronegócio globalizado no país: sua localização às margens da BR-163 e a existência de produtores altamente capitalizados.

O crescimento econômico do município foi de fato acelerado nos anos 2000 (sobretudo após 2006), em 2002 o Produto Interno Bruto de Nova Mutum foi de aproximadamente 0,3 bilhões de reais, ao passo que em 2016 foi de pouco menos de 3 bilhões de reais.

Gráfico 2. PIB discriminado do município de Nova Mutum (em bilhões de reais)

Fonte: SIDRA – IBGE (2019). Org. dos autores.

Como já sinalizado, foram base de crescimento a produção de grãos e carnes, circuitos espaciais produtivos que se instalaram no município, a partir de capitais nacionais ou estrangeiros, para atender o agronegócio globalizado. Tais ações são verticalizadas, ou seja, pautam-se em uma única temporalidade: “[...] o tempo regido pela necessidade de competitividade à escala do planeta” (KAHIL, 2012, p. 27). Os dados apontam os nexos entre produção agropecuária moderna e urbanização, ao demonstrar o papel dos serviços no processo de acumulação.

Gráfico 3. Área (ha) destinada ao plantio de culturas temporárias selecionadas no município de Nova Mutum

Fonte: SIDRA – IBGE (2019). Org. dos autores.

Tabela 1. Efetivo de rebanhos selecionados (cabeças) – Nova Mutum – 2002-2017

Ano/Tip o	Bovino	Suíno	Galináceo
2002	114.384	32.281	1.268.920
2003	109.244	32.762	1.283.420
2004	112.335	75.387	814.050
2005	104.897	82.926	895.455
2006	114.637	105.493	2.239.862
2007	133.776	168.740	2.702.815
2008	111.915	184.000	12.484.000
2009	107.255	187.680	12.894.355
2010	122.283	110.376	8.320.693
2011	119.876	117.635	9.682.883
2012	32.089	118.216	10.936.291
2013	97.052	138.292	7.599.514
2014	90.751	204.153	8.133.953
2015	96.795	266.141	8.000.991
2016	112.254	259.238	12.819.433
2017	106.942	295.000	13.850.000

Fonte: SIDRA – IBGE (2019). Org. dos autores.

Onde se impõem essas verticalidades, próprias do agronegócio globalizado, há grande atração de migrantes. Como evidencia Volochko (2013), ao contrário de municípios nos quais a presença dos circuitos espaciais produtivos da agricultura moderna não instalaram (Rosário Oeste e Nobres, por exemplo) - locais de estagnação ou perdas populacionais -, em Nova Mutum o crescimento populacional nas últimas décadas é significativo.

A criação do município de Nova Mutum data de 1988 (lei estadual nº 5321, de 04-07-1988), o município presenciou um salto populacional de 5.542 habitantes em 1991 para 31.648 habitantes em 2010 e possui uma estimativa de 43.919 habitantes para 2018 segundo o IBGE. Considerando a projeção para 2018 a população de Nova Mutum apresentou um crescimento de 692,47% em apenas 30 anos, isso porque a demanda do campo globalizado e das empresas de processamento de grãos e carne proporcionaram ao município a condição de atrativo migratório, chamando a atenção de trabalhadores dos municípios vizinhos e de outros estados.

A cidade fundada por grupos empresariais do sul e sudeste apresenta hoje um fluxo migratório mais conectado com as regiões norte e nordeste em especial os estados do Alagoas, Maranhão, Pará e Piauí atraídos por ofertas de trabalho. Segundo dados coletados nos dois últimos censos, em 2000 a população residente no município oriunda do estado do Alagoas era de apenas 7 habitantes, subindo para 515 habitantes em 2010 um crescimento de 7.257,14 %. A segunda maior taxa de migração vem do estado do Maranhão que apresentava 118 habitantes em 2000 subindo para 1.671 habitantes em 2010, um crescimento de 1.316,10 %. Crescimentos significativos também são registrados em vários outros estados: Pará 686,49%, Amazonas 360% e Piauí 296,88%.

O fluxo migratório é ainda maior quando consideramos aqueles que não fixam residência nas áreas urbanas. Uma parcela destes migrantes se instala em alojamentos nas fazendas e permanecem apenas nos períodos de colheita em um regime de migração sazonal, seguindo a rota da produção de grãos nas imediações da rodovia 163. Segundo informações do Sindicato dos trabalhadores Rurais no ano de 2018 em média 5.000 trabalhadores vieram para o município apenas para o trabalho da colheita no período de Safra. (entrevista realizada em 2019)

Este intenso fluxo migratório resultante do agronegócio globalizado é refletido no crescimento urbano, na circulação de capital e na ressignificação da cidade como uma prestadora de serviços em função do campo.

Dentre as características do agronegócio globalizado está sua forte integração à economia urbana, gerando uma extensa gama de novas relações campo-cidade, diluindo, em parte, a clássica dicotomia entre estes dois subespaços. As cidades próximas às áreas de realização do agronegócio tornam-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas, seja de mão-de-obra, de recursos financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc, aumentando a economia urbana e promovendo redefinições regionais” (ELIAS; PEQUENO,2017,p. 26)

Desde o princípio planejada para dar suporte ao campo globalizado, Nova Mutum se especializou em atividades industriais e serviços diretamente ligados ao campo. Às margens da BR 163 se instalaram indústrias de tratamento e beneficiamento de grãos, fabricação de adubos, insumos e agrotóxicos como a Agromave, Adubos Araguaia Ltda, Cb Agrícola, Agro Baggio Nova Mutum, Vanguarda Agro S.A. etc; empresas de corte e processamento de carnes como Brasil Foods, Excelência Natural Pork Alimentos S.A.; oficinas especializadas em veículos pesados (tratores, plantadeiras, colheitadeiras); serviços de geoprocessamento, contabilidade, engenharia agrícola, agrônomos, caminhoneiros. Gerando uma grande demanda de mão de obra com diversos níveis de técnica e especialização, tanto para os serviços urbanos quanto as modernas fazendas do agronegócio – na condução de diversos processos mecanizados, cientificizados, de logística etc” (VOLOCHKO p. 53). O crescimento populacional acelerado afeta também de forma indireta diversos outros serviços, como: mercados, restaurantes, hotéis, lojistas, construção civil, como podemos ver na tabela a seguir:

Tabela 2. Número de estabelecimentos (est.) e empregados (vín.) segundo Grande Setor IBGE – 2002 – 2017

Setor	Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária	
	Est.	Vín.	Est.	Vín.	Est.	Vín.	Est.	Vín.	Est.	Vín.
Ano	Est.	Vín.	Est.	Vín.	Est.	Vín.	Est.	Vín.	Est.	Vín.
2002	35	693	12	15	154	662	83	980	212	1149
2003	34	828	12	32	183	841	97	1147	246	1640
2004	40	1108	18	22	207	1028	106	1377	289	2060
2005	38	1469	13	73	233	1163	131	1645	286	1900
2006	54	1814	18	131	245	1172	153	1536	277	2147
2007	64	1314	20	258	277	1828	182	1869	294	2317
2008	85	2881	43	145	338	1487	210	1865	333	2630
2009	98	2943	53	219	365	2192	283	2722	353	2261

2010	105	3066	73	338	404	2346	347	2998	361	2745
2011	100	1668	77	663	434	3471	310	3988	373	2851
2012	114	3568	95	316	451	2687	325	3288	371	2816
2013	127	3991	102	495	486	2865	360	2954	366	2825
2014	139	3837	118	509	506	3195	397	4001	369	2940
2015	141	3956	121	632	500	3570	407	3793	394	2997
2016	148	3827	111	738	500	3231	430	4305	388	3032
2017	135	3867	103	643	534	3506	460	4155	404	3280

Fonte: RAIS – MTE, (2019). Org. dos autores.

Apesar de grande parte do capital aplicado às atividades produtivas visarem atender a um mercado global, a exigência de mão de obra para as atividades do campo atrai famílias inteiras, que passam a residir e consumir na cidade fazendo girar o comércio urbano local promovendo uma intensa circulação de capital no terceiro setor. Juntamente com o crescimento dos diversos postos de trabalho e do crescimento migratório a cidade também cresce aos moldes do grande capital reproduzindo uma espacialidade estética moderna cujas redes são planejadas para atender de diferentes formas as demandas do agronegócio.

Existem grandes distinções entre as cidades do agronegócio, cada lugar apresenta divisões do trabalho e dinâmicas territoriais singulares permitindo falar da existência de uma rede urbana de cidades do agronegócio formada principalmente por cidades pequenas e médias que apresentam uma funcionalidade adequada para exercer determinadas etapas da produção agropecuária (GOMES, 2018 p. 26).

De um lado o campo de Nova Mutum exige uma mão de obra extremamente qualificada, técnica e cientificizada capaz de lidar com o fluxo de produção e comércio internacional, por outro lado, ainda necessita de trabalhadores braçais sem muita qualificação estes são sobretudo, compostos por trabalhadores pobres moradores das periferias de pequenas cidades economicamente deprimidas – muitas vezes filhos de camponeses e ex-garimpeiros – que migram em busca de trabalho, seja nos frigoríficos, seja nas fazendas do agronegócio (VOLOCHKO p. 53).

Assim, a exemplo do que ocorre em outros lugares que têm sua dinâmica ditada pelo agronegócio globalizado,

Numa primeira vista tudo parece prosperar nos espaços modernos em que se pratica a produção de soja no campo, as grandes extensões do cultivo, as máquinas e as infra-estruturas gigantescas de armazenamento; nas cidades deste “campo moderno”, as grandes concessionárias de automóveis, de implementos agrícolas, a quantidade de caminhonetes importadas nas ruas etc.; no entanto, é preciso considerar que este tipo de modernização da produção e a atualização do território, do modo como ocorrem, foram também acompanhadas de certa instabilidade. O território é tornado ainda mais instável (SANTOS, 1978; SANTOS, SILVEIRA, 2001), vulnerável ao mercado e às finanças externas (PEREIRA; KAHIL, 2010, p. 300).

Esta mão de obra precarizada e mal remunerada é a contradição que se impõe ao discurso de progresso reproduzido por grande parte dos moradores, revelando uma face de miséria e desigualdade que se instala nas periferias da cidade. Desigualdade está circunscrita ao âmbito social, econômico, político etc. “É fruto (ou consequência) das relações sociais de produção.” (CASTILHO, 2017 p. 201). O planejamento urbano oligárquico é traçado pelos Planos Diretor promovendo a valorização via especulação imobiliária - inflados valores de imóveis e aluguéis - dos centros oferecendo e a infraestrutura necessária para o escoamento das atividades produtivas e para a publicidade necessária para atrair o interesse de empresários e investidores externos.

[...] o modo como é produzido e incrementado pelos sujeitos sociais, por meio, por exemplo, da implantação de redes técnicas e de elementos tecnológicos e infraestruturais, torna-o desigual porque isso é feito para garantir vantagens a determinados grupos e, ao mesmo tempo, para privar outros grupos delas. Isso permite dizer que o avanço das redes técnicas forma necessariamente espaços privilegiados (ou espaços dos privilégios) para atender a determinados grupos que, em função disso, também ocupa posições privilegiadas” (CASTILHO, 2017 p. 202).

A supervalorização dos espaços localizados nas porções centrais dificulta o acesso das pessoas com baixo poder de consumo, e isso é possível observar a existência de uma relativa segregação socioespacial: por um lado existe um centro composto por grandes lojistas, dotado de planejada infraestrutura urbana, ruas largas, bem sinalizadas, canteiros de estacionamento e frequentado majoritariamente pela classe dominante, empresários sulistas e paulistas e, por outro, a existência de uma periferia com residências em condições precárias muitas sem muros, ruas estreitas passivas às enchentes, elevada criminalidade frequentada majoritariamente pelos imigrantes das regiões Norte e Nordeste do país. Os espaços privilegiados é resultado da ascensão de determinados grupos sociais hegemônicos do ramo não apenas do agronegócio e comércio,

mas também de setores imobiliários que produzem, controlam, expandem-se ao mesmo tempo em que se ampliam as redes técnicas (CASTILHO, 2017). Tais reflexos, bastante expressivos em nosso país, refletem a realidade socioespacial de Nova Mutum, sendo as implicações perceptíveis no espaço urbano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou brevemente um esboço da realidade do Município de Nova Mutum, localidade do Estado do Mato Grosso que vem nas últimas décadas crescendo esse expandindo em função das atividades do agronegócio. Embora tendo os setores de comércio e serviços como aqueles que mais empregam a força de trabalho no município como foi apresentado na Tabela 2, Nova Mutum pode ser considerada uma cidade do agronegócio a medida em que cresceu o número de instalações destinadas aos grãos e aos abates de animais. Decorrente à essas instalações deu-se o fluxo migratório mais recente, de populações vindas do Norte e do Nordeste do Brasil. É preciso, contudo, que haja um planejamento urbano satisfatório, que contemplem de maneira efetiva a inserção desses migrantes à cidade, amparando-os de serviços básicos tais como moradia, saúde, educação além da segurança pública e o bem estar, para que o município em questão não reproduza as desigualdades socioespaciais, que já são bastante expressivas em muitas cidades do Estado do Mato Grosso.

5 REFERÊNCIAS

BASTOS, P. P. Z. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. Campinas, IE-Unicamp, Texto para discussão n. 257, ago. 2015.

BERNARDES, J. A. Novas fronteiras do capital no cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 507, p. 1-28, 2015.

BERNARDES, J. A. Modernização agrícola e trabalho no cerrado brasileiro. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/juliaad.htm>>. Acesso em 23 jun.. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2017/18 a 2027/28** projeções de longo prazo. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. Brasília: MAPA/ACE, 2018.

CARCANHOLO, M. D. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: MAGALHÃES, J. P. A. et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 109-131.

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas de Goiás**. UFG: Goiânia, 2017.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**–Revista de Geografia da UFC, v. 9, n. 18, jan./abr., p. 17-26, 2010.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Compêndio de Estudos CONAB**. Brasília: Conab, 2016. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/uploads/arquivos/17_08_02_14_27_28_10_compendio_de_estudos_conab_a_produtividade_da_soja_-_analise_e_perspectivas_-_volume_10_2017.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019. /

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, D.. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.

GOMES, I , C. **As cidades pequenas do agronegócio e seu papel na rede urbana regional: o caso de Santo Antônio do Amparo – MG**. Geofronter, Campo Grande, n.4, v.2, p.23-46, 2018.

KAHIL, S. P. Usos do território: uma questão política. **Estudos geográficos**, Rio Claro, v. 10, n. 2, jul./dez., 2012, pp. 26-36.

PEREIRA, M. F. V.; KAHIL, S. P. A lógica corporativa do uso do território em Rondônia: o agronegócio da soja na região de Vilhena. **CAMPO - TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, v. 5, n. 10, 8 set. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11991>>. Acesso em 26 ago 2019.

VOLOCHKO, D. Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, v. 16, n. 1, p. 18-38, 2013.

Enviado em 27/08/2019

Aceito em 15/12/2019